

# MEMÓRIA PLURIDIMENSIONAL DA LUSOFONIA PARA UMA CONTRA-HEGEMONIA À “CULTURA-MUNDO”

**Lurdes Macedo\***

**Resumo:** A partir da teorização de Modelski (2005) sobre os ciclos longos globais, situamo-nos no atual episódio da narrativa evolutiva da globalização para compreender a sua principal lógica hegemónica: a denominada “cultura-mundo”. Deste modo, é aqui afluído o risco de desestruturação de culturas oferecido por esta hegemonia de matriz americana, bem como a possibilidade de formação de contra-hegemonias a partir de comunidades linguísticas. Conclui-se que a comunidade geocultural da lusofonia, para se constituir como uma das possíveis contra-hegemonias, necessita de construir uma memória pluridimensional sobre si mesma.

**Palavras-chave:** Lusofonia. Contra-hegemonia. “Cultura-mundo”.

## **SOBRE O ATUAL EPISÓDIO DA NARRATIVA EVOLUTIVA DA GLOBALIZAÇÃO OU A EMERGÊNCIA DE UMA “CULTURA-MUNDO”**

■ **É** no cenário da centúria de Quinhentos, no qual a verdadeira dimensão do planeta se revela à humanidade e os continentes que a separavam passam a estar permanentemente ligados pelo comércio marítimo, que certos autores – por exemplo, Modelski (2005), Rodrigues e Devezas (2009) e Erlichman (2010) – interpretam a emergência do primeiro fenómeno de globalização.

Ao mesmo tempo, a teorização de Modelski (2005) sobre os ciclos longos da política global reconhece ao pioneirismo da expansão marítima ibérica a formação do primeiro núcleo de liderança à escala planetária. Deste poderoso núcleo emergiu, na leitura do autor, a primeira potência do sistema mundial.

Segundo o modelo de Modelski (2012), as potências globais que se foram sucedendo no tempo constituíram-se a partir de um conjunto de fatores críticos de

\* Universidade do Minho – Braga – Portugal. E-mail: mlmacedo71@gmail.com

natureza transformadora que traduz a sua competência para a construção de novos sistemas, ou seja, cada um dos ciclos longos globais: a abertura da sociedade e da economia, a capacidade de inovação, a audácia para desafiar a ordem estabelecida, a intervenção ao nível da democratização<sup>1</sup>, a liderança ao nível do comércio ou da indústria e a capacidade para impor uma agenda política regular à escala planetária. Coube a Portugal, de acordo com a demonstração do autor, distinguir-se no núcleo ibérico de liderança e assumir-se como a primeira entre essas potências.

Analisando o momento histórico em que nos encontramos, não será difícil confirmar que, seis séculos após o início da expansão marítima europeia<sup>2</sup> e depois de vários ciclos longos globais<sup>3</sup>, as contradições de um mundo interdependente estão ainda muito longe de ser resolvidas. Bem pelo contrário, atendendo a que, nos dias de hoje, se assiste a um episódio da narrativa evolutiva da globalização, no essencial, semelhante ao do século XVI (ERLICHMAN, 2010), essas contradições ressurgem em versão adaptada às condições do presente<sup>4</sup>.

Com efeito, vivemos num tempo em que ao poder dos Estados sucede o poder das empresas, em que à comunicação possibilitada pelos transportes sucede a comunicação possibilitada pelos media (que se renovam com os media digitais), em que à violência das “guerras justas” sucede a violência das “guerras preventivas”, em que ao domínio da cultura europeia sucede o domínio da cultura americana e em que às grandes economias dos impérios coloniais sucedem as grandes economias dos impérios multinacionais. Parece haver aqui uma reinvenção da própria história, na qual algo muda para que a lógica da hegemonia se mantenha inalterada. Sobre a renovação de hegemonias ao longo dos ciclos históricos, era Ribeiro (2006, p. 62) quem afirmava:

*Tudo, nos séculos, transformou-se incessantemente. Só ela, a classe dirigente, permaneceu igual a si mesma, exercendo a sua interminável hegemonia. Senhorios velhos se sucedem em senhorios novos, super-homogêneos e solidários entre si, numa férrea união superarmada e a tudo predisposta para manter o povo gemendo [...] indiferentes a seu destino.*

Ramonet (2004, p. 15) interpreta as lógicas hegemónicas do tempo presente como uma “segunda revolução capitalista”, entendendo que a mesma difere da primeira apenas num aspeto: a expansão dantes empreendida por nações é agora conduzida por grandes empresas. E se é verdade que, no passado, essas nações enriqueceram, num curto período de tempo, por via das suas tecnologias de navegação que lhes garantiam a liderança do comércio internacional, é igualmente verdade que, no presente, estas empresas alcançam uma rápida concentração de capital por via do desenvolvimento das suas tecnologias informacionais

1 Note-se que aquilo que Modelski (2012) entende por democratização é perspetivado por outros autores como a “lógica da unidade” (TODOROV, 2006) ou a “cultura do uno” (MARTINS, 2014) que contrariam a sobrevivência da diversidade.

2 As várias historiografias tendem à unanimidade quanto ao facto de os grandes movimentos históricos não possuírem uma cronologia exata. Todavia, referem a necessidade de se proceder a uma periodização dos mesmos de modo a criar referências (CHAUNU, 1984). Assim, a expansão marítima europeia, na realidade iniciada num momento anterior historicamente indefinido, é considerada a partir da alvorada da expansão portuguesa. Por sua vez, a expansão portuguesa é simbolicamente iniciada com a tomada de Ceuta, em 1415.

3 De acordo com o autor, à ordem mundial imposta por Portugal no início do século XVI sucederam-se outros ciclos longos liderados por outras potências europeias: primeiro a Holanda e, mais tarde, a Inglaterra. Esta supremacia do “Velho Continente” viria a esmorecer após a Segunda Guerra Mundial, em parte, devido ao fim dos impérios coloniais europeus.

4 Com o fim da Segunda Guerra Mundial, inicia-se um ciclo longo liderado pelos Estados Unidos. A queda do muro de Berlim, em 1989, que determinou o desmembramento da União Soviética e o consequente triunfo do Ocidente, viria a reforçar o sistema global imposto pela potência americana.

que lhes garantem a liderança no quadro da alta finança global. Com efeito, à imagem da expansão marítima e dos impérios coloniais europeus que conduziram à “economia-mundo” (tomando aqui o conceito proposto por Braudel e por Wallerstein), uma nova prática de conquista, agora empreendida a partir dos Estados Unidos, pretende de igual modo dominar o mercado mundial.

Recusando a universalização do modelo particular do *american way of life* com que a *pax americana* procura colonizar o mundo, também Beck (2006) denuncia a extrapolação dos interesses nacionais dos Estados Unidos confundidos, para esse efeito, com os interesses gerais de todo o planeta. Na opinião deste autor, apesar das suas muitas etnias, religiões e culturas, os Estados Unidos não se configuram como nação promotora dos ideais de preservação da diversidade, desde logo porque o multiculturalismo – fórmula encontrada para gerir os múltiplos modos de vida característicos da América moderna – pressupõe a abolição das diferenças entre os cidadãos.

A este propósito, Martins (2014) repara que, tal como a cultura europeia da unidade procurou impor-se a um mundo múltiplo durante a expansão marítima dos séculos XV e XVI, a cultura homogeneizante de matriz americana procura impor-se à lógica natural da diversidade, no tempo presente. Em resultado desta imposição, fomos conduzidos em direção à “cultura-mundo”, conceito cunhado por Lipovetsky (2011, p. 16) para denominar a ampla difusão de uma “hipercultura transnacional” operada pelas indústrias culturais com epicentro nos Estados Unidos.

O emaranhado entretecido pela problemática da mundialização da cultura já tinha sido objeto de reflexão por parte de Warnier (2003), alguns anos antes da emergência do conceito de “cultura-mundo”. Todavia, o autor propunha a ideia de que a americanização, vista como uma força capaz de provocar a erosão de culturas singulares, deveria ser analisada à luz de um certo relativismo. O facto de muitas indústrias culturais com sede nos Estados Unidos distribuírem os seus produtos à escala global, nomeadamente cinema e audiovisual, conferindo à sociedade americana uma enorme visibilidade em todo o mundo, não significa que a sua cultura – que é desprovida de passado e de tradição – adquira o poder de se impor definitivamente à diversidade. Ainda que muitos dos símbolos da América estejam presentes em todo o mundo (como a Coca-Cola, a MacDonalld’s ou a Disney) e que a língua inglesa tenha alcançado uma dimensão planetária, a questão central que deveria ser colocada não era a mundialização da cultura por via da americanização, mas antes a forma como cada comunidade procederia à conservação da sua cultura após a recontextualização destas importações. Deste ponto de vista, o maior perigo que a americanização oferece às diversas culturas não é a sua homogeneização numa totalidade; é, antes, a sua desestruturação, já que estas se apropriam de elementos que lhes são externos sem que renunciem à sua própria continuidade.

## **SOBRE UMA POSSÍVEL CONTRA-HEGEMONIA**

Neste cenário, no qual a cultura da unidade parece reunir todas as condições para levar a melhor sobre a cultura da diversidade, Beck (2006) relembra que, se para o passado não existe uma memória global, a experiência presente de confrontação da sociedade planetária consigo mesma faz emergir a consciência de um futuro coletivamente partilhado. Esta tensão, entre memória fragmentada

e futuro global, parece constituir um bom ponto de partida para inquirir a impárravel dinâmica da “cultura-mundo”. Desde logo, porque a fragmentação da memória, indiscutível óbice à formação e consolidação de identidades, aparece nesta equação como potenciadora da vulnerabilidade das comunidades aos processos operados pelo atual episódio da narrativa evolutiva da globalização. Tal vulnerabilidade é sancionada por Ferguson (2012, p. 384) quando o autor afirma que “hoje [...] a maior ameaça à civilização ocidental não é colocada por outras civilizações mas pela nossa própria pusilanimidade – e pela ignorância histórica que a alimenta”. Neste mesmo sentido, Beck (2009) demarca-se da denominação que a sociedade global adquiriu – a “sociedade do conhecimento” – uma vez que os riscos que hoje corremos devem-se, sobretudo, ao não-conhecimento sobre determinados processos<sup>5</sup>. Daqui se poderá concluir que a construção de uma memória pluridimensional sobre o passado, assumida como forma de conhecimento, oferece oportunidades à formação e à consolidação de movimentos de resistência ao risco de desestruturação identitária e cultural produzido pela “cultura-mundo”.

A consciência de um futuro global, pelo seu lado, é desenvolvida a partir da percepção dos riscos que envolvem pessoas de diferentes nacionalidades, classes sociais e culturas. Tal consciência despoleta a oposição e a proposta de alternativas ao sentido único pelo qual todos os povos são conduzidos, estimulando aquilo que Beck (2009) chama de ação cosmopolítica, ou seja, uma ação política baseada na comunicação transparente e no sentido de justiça. Por isso mesmo, o cosmopolitismo não deve ser confundido com universalismo, uma vez que este último está associado a dinâmicas de destradicionalização em que os mais poderosos acabam por influenciar decisivamente os que não têm voz, seja a nível político, económico, religioso ou cultural.

A destradicionalização com fins universalistas tem acarretado consequências também a nível linguístico. Neste sentido, era Namburete (2006, p. 106) quem lembrava que

*[...] [no contexto da globalização,] da mesma forma que os países mais desenvolvidos dominam os mercados remetendo os países subdesenvolvidos para a condição de dependentes, as línguas mais poderosas também dominam as mais fracas.*

Warnier (2003) já se havia referido à multiplicação das trocas à escala mundial como uma arena onde as línguas entram em competição umas com as outras. Neste contexto, notava o autor, certas comunidades linguísticas perdem falantes em benefício das línguas de grande difusão que permitem a comunicação entre culturas, nomeadamente o inglês. Com efeito, como bem repara Martins (2014), é na língua inglesa que se exprime a unidade da “cultura-mundo”. A resistência a este movimento hegemónico, no entendimento do autor, passa então pela afirmação de outras comunidades linguísticas que representem culturas baseadas na diversidade.

Ao diálogo contemporâneo entre cidadãos lusófonos não são alheios os novos trânsitos e os movimentos migratórios entre países de língua portuguesa, que se têm vindo a transformar e a intensificar nas mais diversas direções. Exemplos disso são os congressos científicos lusófonos ou as provas desportivas lusófonas

<sup>5</sup> Sobre as ameaças de que somos alvo na atualidade, e sobre o não-conhecimento que possuímos sobre elas, Beck (2009) chega mesmo a propor a ideia de que vivemos sob a égide de uma “irresponsabilidade organizada”.

que têm lugar nos mais diversos espaços da lusofonia, bem como o recrudescimento da apetência para a procura de novas experiências de estudo, de trabalho e de vida noutros países de língua portuguesa, nomeadamente por parte dos mais jovens. O cenário que envolve as trocas interculturais entre povos de língua portuguesa nos nossos dias parece afigurar-se, deste modo, favorável à prossecução da ideia de lusofonia proposta por Martins (2006, p. 81): “a comunidade e a confraternidade de sentido e de partilha comuns só podem realizar-se pela assunção dessa pluralidade e dessa diferença e pelo conhecimento aprofundado de uns e de outros”.

Certo é que se têm vindo a tecer novas redes com “fios de várias cores e texturas [...]” (MARTINS, 2014, p. 29) que colocam em evidência o português enquanto uma das grandes línguas de comunicação entre diversas culturas. Sob este prisma, a comunidade geocultural da lusofonia adquire dimensão para se opor à imparável mundialização da cultura e, conseqüentemente, para travar o lento glotocídio que o inglês tem vindo a perpetrar a um mundo cada vez mais espartilhado pelas forças do atual episódio da narrativa evolutiva da globalização<sup>6</sup>. Todavia, são ainda incertas as conseqüências desta nova ordem na reconfiguração da memória identitária no espaço lusófono, o que nos deixa claramente em aberto as possibilidades de este se constituir como movimento contra-hegemónico.

### **MEMÓRIA PLURIDIMENSIONAL: PRESSUPOSTO PARA UMA LUSOFONIA ENQUANTO MOVIMENTO CONTRA-HEGEMÓNICO**

Vemo-nos, assim, chegados a uma encruzilhada entre o primeiro e o atual episódio da narrativa evolutiva da globalização: a que relaciona a “economia-mundo” imposta no século XVI pela expansão marítima portuguesa com a “cultura-mundo” imposta na contemporaneidade pelos Estados Unidos. Esta encruzilhada é tanto mais complexa se pensarmos que o mesmo é dizer, no contexto da mundialização da cultura, que a lusofonia deve ser pensada a partir da relação entre o seu passado colonial e o seu presente independente (mas, ao mesmo tempo, interdependente), ou seja, a partir de uma contradição histórica que acrescenta um grande desafio à comunidade geocultural da lusofonia enquanto movimento contra-hegemónico à “cultura-mundo”. Tal desafio assenta no facto de esta contradição se ter desenvolvido ao longo de mais de cinco séculos de uma memória conflitual e fragmentada que, como já atrás foi demonstrado, potencia a vulnerabilidade das comunidades culturais à desestruturação provocada pela difusão da “hipercultura transnacional” que caracteriza o nosso tempo.

Daqui emerge um pressuposto fundamental se quisermos entender a comunidade geocultural da lusofonia como movimento de resistência aos efeitos desestruturantes do atual episódio da narrativa evolutiva da globalização: a necessidade de construção de uma memória pluridimensional sobre o seu passado, capaz de construir e consolidar uma identidade comum, já que tal processo oferece o conhecimento que lhe serve de força-motriz. A construção desta memória apresenta-se, desde logo, como projeto a edificar em terreno fértil mas armadilhado, no qual certos cuidados têm necessariamente que ser tomados.

6 Embora sob uma perspectiva diferente, valerá a pena evidenciar que a edição de outubro de 2012 da revista americana *Monocle* apresentou, como grande tema, a emergência do português enquanto nova língua de poder e de negócios.

Por um lado, a construção de uma memória pluridimensional da comunidade geocultural da lusofonia apresenta-se como um terreno fértil porque o diálogo crítico interdisciplinar, que toma por objeto os antigos impérios e as suas reconfigurações pós-coloniais, tende a centrar a sua análise sobretudo nos casos britânico, francês ou holandês, deixando escapar as especificidades próprias de outros projetos expansionistas europeus, como bem reparavam Feldman-Bianco, Almeida e Bastos (2002). Este estado de coisas levou a que as restantes esferas imperiais e as suas atuais reconfigurações se tornassem, inevitavelmente, em terrenos profícuos de investigação, o que se tem vindo a traduzir no paulatino aparecimento de trabalhos sobre as mesmas. É neste contexto que a expansão portuguesa, o império colonial por si edificado e a prova inequívoca do seu desaparecimento – ou seja, a lusofonia – ganham mais argumentos enquanto objetos de análise. Embora nos últimos anos se tenha assistido a uma proliferação de trabalhos que enformam visões renovadas sobre estas temáticas – trabalhos esses que vão da história (por exemplo, CASTELO, 1998; BETHENCOURT; CURTO, 2010) à antropologia (por exemplo, ALMEIDA, 2000; CUNHA, 2001) passando pela sociologia (por exemplo, MARTINS, 1996; MACIEL, 2010) e pela comunicação intercultural (CABECINHAS, 2007; MACEDO, 2013) –, a verdade é que muito ainda há a dizer sobre a este período de mais de cinco séculos, nomeadamente se nos colocarmos numa perspetiva crítica.

Por outro lado, a construção de uma memória pluridimensional da comunidade geocultural da lusofonia apresenta-se como um terreno armadilhado porque a desfragmentação dessa memória convoca, pelo menos, quatro grandes precauções metodológicas. São essas quatro precauções que a seguir se apresentam.

Apesar da abordagem interdisciplinar a que este processo tem estado sujeito, há que evitar a tendência de edificar a longa memória da comunidade geocultural da lusofonia colocando no seu epicentro o conhecimento que nos é dado pelos estudos historiográficos. Pese embora a sua relevância, será necessário ter em conta que esta memória é, por natureza, pluridimensional, admitindo aspetos tão variados como os políticos, os económicos, os sociais ou os culturais. Estes aspetos, por sua vez, ramificam-se em componentes específicas como a geoestratégia e as relações internacionais, a agricultura e o comércio, a antropologia e a etnografia ou a religião e a língua. Daí, a necessidade de entretecer um discurso pluridisciplinar nas malhas dos vários olhares que nos são dados pelas diferentes disciplinas das ciências sociais e humanas.

Assim sendo, a memória de mais de cinco séculos de história em comum que resultaram na comunidade geocultural da lusofonia deve ser enquadrada na perspetiva mais vasta da comunicação intercultural, tal como a entendem Cabecinhas e Cunha (2008), de modo a acolher as diversas leituras despoletadas pelas suas múltiplas dinâmicas de relação entre pessoas, bens e ideias. A partir desta perspetiva, dever-se-á construir uma forma de conhecimento crítico que dê conta de uma realidade processual na qual se cruzam participantes de várias etnias, religiões e culturas, sem esquecer as condições de desigualdade com que estes interagem, as fronteiras que entre eles se interpõem e, finalmente, a enorme distância que separa as suas inter-relações reais da sua eventual convergência. Aliás, a necessidade de colocar a comunicação intercultural no centro da reflexão crítica sobre o atual episódio da narrativa evolutiva da globalização é uma ideia postulada por vários autores (por exemplo, WIEVIORKA, 2002; WARNIER,



2003; BECK, 2006; CANCLINI, 2007), que a entendem como abordagem fundamental para que as contradições do nosso tempo possam ser sintetizadas.

A construção de uma memória pluridimensional da comunidade geocultural da lusofonia também não pode obedecer a uma lógica espacialmente compartimentada. Baseado na experiência de Bethencourt e Curto (2010), esta precaução emerge a partir da evidência de que tal memória tem início num movimento expansionista de caráter global<sup>7</sup>. Apesar das especificidades deste processo em África, na Ásia e na América, não é possível entender os acontecimentos sem atender aos vasos comunicantes que se estabeleceram entre os diversos territórios, incluindo o de Portugal, e que constituem complexos de circulação intercontinental nos quais as diversas realidades se manifestam intimamente imbricadas. Tal como enunciado por Feldman-Bianco, Almeida e Bastos (2002), a leitura cruzada das diversas espacialidades do antigo império português permite a compreensão não só das suas diferentes conjunturas, como também da sua progressiva transformação. Deste modo, não é possível apreender as práticas de ocupação do Brasil sem se ter em conta o declínio do comércio com o Oriente ou a importação de escravos africanos. De igual modo, não será plausível considerar-se a intensificação da presença portuguesa em África deixando de lado a questão da independência do Brasil. Sobre a necessidade de se fazer a ligação entre diversas realidades para uma leitura completa dos factos, questionava Wolf (2010, p. 4, tradução nossa): “Se existem conexões em todo o lado, porque persistimos em transformar fenómenos dinâmicos e interconexos em coisas estáticas e desconectadas?”<sup>8</sup>.

O percurso comum dos povos que hoje constituem a comunidade geocultural da lusofonia também não pode ser entendido se forem adotadas periodizações que isolem determinados momentos da sua história. Ainda inspirada nos trabalhos de Bethencourt e Curto (2010), esta precaução permite que se construa uma memória capaz de englobar as descontinuidades e as transformações da expansão e do império colonial portugueses ao longo do tempo, incluindo os seus antecedentes e os acontecimentos que se lhes seguiram, garantindo a visão diacrónica que um processo tão duradouro necessariamente convoca. Assim, os padrões de interação estabelecidos entre portugueses e atores dos diferentes contextos regionais contactados só podem ser compreendidos quando enquadrados no tempo longo de todo o processo que dá forma à memória pluridimensional que se pretende resgatar. Como foi já largamente demonstrado, estes padrões de interação foram sucessivamente reformulados e obedeceram a estratégias várias, consoante as condições oferecidas por cada um dos territórios em certos momentos históricos, que muitas vezes se configuraram cronologicamente interligados ou sobrepostos. Feldman-Bianco, Almeida e Bastos (2002) sancionam esta visão quando propõem a análise das relações entre colonizador e colonizado ao longo das diferentes conjunturas, de modo a decifrar a sua complexidade evolutiva. A propósito deste cuidado, sublinhava Fourquin (1997, p. 438): “Tal como a natureza, a história não dá ‘saltos’”.

Finalmente, a quarta precaução metodológica a ter em conta – mas, sem dúvida, a mais relevante – parte da ideia defendida por Ferro (2004) de que não

7 Para além disso, a construção de memória a partir de regiões específicas, embora muito difundida, contraria o modelo dos ciclos longos globais de Modelski (2005) adotado como ponto de partida para a reflexão apresentada neste texto.

8 No original: “If there are connections everywhere, why do we persist in turning dynamic, interconnected phenomena into static, disconnected things?”.

existe uma verdade histórica válida para todos. Sobre cada acontecimento, cada povo ou cada nação sobrepõem-se – quando não se opõem – determinações diversas, não sendo certo que uma tenha mais legitimidade do que as outras.

Daí, a necessidade de recuperar a memória do percurso histórico que levou ao encontro dos povos lusófonos, a partir não só da confrontação dos diversos pontos de vista produzidos em Portugal e no resto da Europa, como também a partir das perspectivas tradicionalmente silenciadas, ou seja, daquelas que, tendo sido interdidas por muito tempo, são-nos hoje colocadas a partir de África, da América ou da Ásia. Todavia, para além de menos numerosas e de menos difundidas, estas abordagens não europeias adquirem muitas vezes, no entendimento de Ferro (2004, p. 16), uma “função terapêutica”<sup>9</sup>; o mesmo é dizer que, face à Europa, as sociedades do resto do mundo descolonizam a sua própria história, quase sempre com os mesmos instrumentos dantes utilizados pelo colonizador. É deste modo, construindo seletivamente uma memória inversa daquela que foi desenvolvida, também seletivamente, pelos interesses europeus, que novas versões da história procuram reconciliar estas sociedades com o seu próprio passado.

Em todo o caso, tal como afirma Said (2011, p. 29), a interpretação do passado de domínio ultramarino pressupõe a oposição de “duas perspectivas diferentes [...], uma linear e dominadora, a outra contrapontual e muitas vezes nômade”. E embora o autor se incline para uma maior valorização da segunda, não deixa de notar que, quer seja contada por quem dominou, quer seja contada por quem foi dominado, nenhuma narrativa sobre este tipo de experiência é edificante.

Apesar destas observações, nem o entendimento de Ferro (2004), nem o entendimento de Said (2011) se orientam no sentido de que este passado não deva ser resgatado; bem pelo contrário, ambos sugerem que as narrativas sobre a expansão marítima, os impérios coloniais europeus e as suas atuais recomposições sejam recontadas, ora integrando acontecimentos e lugares que escaparam à memória (no caso de Ferro), ora a partir da perspectiva que nos é dada pela abordagem pós-colonial das ciências sociais (no caso de Said).

Sobre esta última abordagem, é McMillin (2009) quem defende a ideia de que para se abordar a atual globalização é preciso escrutinar a história e as práticas contemporâneas no mapa simultaneamente temporal, espacial e ideológico que nos é dado pelos estudos pós-coloniais. A relevância desta abordagem é enfatizada pela autora a partir da constatação de que as consequências do colonialismo – que se fazem sentir até aos dias de hoje – são coletivamente partilhadas pelas sociedades que o viveram.

Todavia, há a considerar que o pós-colonialismo não está isento de pontos fracos, como bem notou Almeida (2002). Para além da recusa de todas as narrativas-mestras e do eurocentrismo que delas emana, a abordagem pós-colonial repudia as dicotomias centro/periferia ou primeiro mundo/terceiro mundo, alegadamente criadas pelo colonialismo, consubstanciando uma nova abordagem discursiva do mundo. Por isso mesmo, o pós-colonialismo mais

---

<sup>9</sup> Ferro (2004) refere, a título de exemplo, que a história ensinada às crianças africanas tende a glorificar o esplendor dos grandes impérios existentes no seu continente antes da chegada de europeus, por contraposição ao atraso e à decadência da Europa feudal da mesma época.



radical corre o risco de substituir a verdade única do ex-colonizador pela verdade única do ex-colonizado, podendo contribuir para o fortalecimento da “Escola do Ressentimento”<sup>10</sup> a que se referia Bloom (1997, p. 31).

Em boa verdade, a lusofonia só poderá ser legitimada como forma de ação cosmopolítica contra-hegemônica se forem evitadas ruturas que a façam perder a extraordinária amplitude da sua própria memória.

Assim, a partir desta última precaução metodológica, deve ser reescrita a narrativa de uma memória heterológica, despida de nacionalismos e de apropriações ideológicas, sem que isso signifique uma recusa absoluta do eurocentrismo ou dos discursos “terapêuticos” pós-coloniais. Tal procedimento faria com que esta memória – que, é preciso frisar, não pretende prefigurar uma reconstituição da história, mas antes uma forma de pensamento crítico e pluridimensional sobre o passado histórico que determina o presente da comunidade geocultural da lusofonia – tombasse, inevitavelmente, para um dos lados da discussão.

## NOTAS CONCLUSIVAS

A comunidade geocultural da lusofonia fala, pensa e sente numa das grandes línguas de comunicação e cultura do mundo, uma vez que se encontra significativamente representada em número de glotas: de acordo com a Internet World Stats<sup>11</sup>, no final de 2013, existiam 260.874.775 de falantes de português espalhados por todo mundo. Todavia, trata-se de uma comunidade de culturas que habita um espaço fragmentado, disperso por várias latitudes e longitudes do globo, no qual podem ser encontrados cidadãos de diversos grupos étnicos e com diferentes modos de vida (MACEDO; MARTINS; CABECINHAS, 2011). Esta fragmentação estende-se também à memória identitária deste coletivo, tornando-o vulnerável à desestruturação provocada pelas dinâmicas perpetradas pela “cultura-mundo”.

Apesar desta condição desfavorável, é na combinação entre o moderno e o tradicional, nas trocas interculturais e na produção de novas mestiçagens que Brito e Hanna (2010, p. 78) observam “a preferência pelo hibridismo, pela mistura, pelo cruzamento de fronteiras culturais e identitárias, pela celebração da contingência e da não permanência [...]”, resultantes de um diálogo transnacional entre cidadãos que falam, pensam e sentem em português. A comunidade geocultural da lusofonia desperta, assim, a necessidade de preservação da diversidade através do conhecimento das singularidades culturais do outro que fala a mesma língua, convocando, simultaneamente, o respeito pelas mesmas.

Àqueles a quem a ideia de lusofonia desperta a arte da reflexão, parece ser difícil dissociar a narrativa contemporânea desta comunidade de culturas do passado histórico protagonizado pelos seus antepassados. A lusofonia configura-se, deste modo, como “uma construção extraordinariamente difícil” (SOUSA, 2006,

10 A noção de “Escola do Ressentimento”, proposta por Bloom (1997), constitui uma crítica a diversos discursos desconstrutores, entre os quais o feminismo, o marxismo ou o afrocentrismo. Naturalmente, trata-se de uma visão muito discutível, uma vez que o autor adjetiva de “ressentidos” (BLOOM, 1997, p. 42) aqueles que procuram apresentar um discurso alternativo ao das correntes dominantes, nomeadamente quando esse discurso procura reconciliar os seus autores com o seu próprio passado.

11 Mais informações estão disponíveis em: <<http://www.internetworldstats.com>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

p. 9), uma vez que pode ser entendida à luz de uma pluralidade de significados e de representações resultantes da experiência histórica de cada um dos povos que se exprime em língua portuguesa. O mesmo é dizer que a forma como os grupos nacionais reconstróem a sua própria história é de capital importância na definição da(s) sua(s) identidade(s). A reconstrução da história de cada nação não deixa de ser sempre um processo comparativo, uma vez que a mesma se edifica também através da leitura das interações mantidas com outros povos. Assim, a interpretação que cada grupo nacional pertencente à comunidade lusófona faz do seu próprio passado determina o seu posicionamento face ao presente, bem como o planeamento das suas estratégias para enfrentar o futuro. De acordo com Cabecinhas, Lima e Chaves (2006), são estas estratégias que definem as relações intra e intergrupais num processo dinâmico que pode pender entre a estabilidade ou a transformação, a resiliência ou o ajustamento, a definição de novas fronteiras ou seu enfraquecimento.

Assim, e porque como afirma Baptista (2006, p. 24), “o conceito de lusofonia assinala [...] um lugar de ‘não-reflexão’, de ‘não-conhecimento’ e, sobretudo, de ‘não-reconhecimento’, quer de si próprio, quer do outro”, foi aqui proposta a construção de uma memória pluridimensional da lusofonia, capaz de se constituir como condição para a resistência aos riscos subjacentes à destradicionalização operada pelo atual episódio da narrativa evolutiva da globalização. Este não deixa de ser, ao mesmo tempo, um pressuposto fundamental para uma epistemologia crítica capaz de descolonizar o conhecimento e o pensamento em torno da comunidade geocultural da lusofonia.

Para a prossecução deste trabalho serão bem-vindas todas as incursões pelo vasto território da lusofonia, sobretudo se procurarem problematizar e compreender as possibilidades de esta comunidade geocultural fazer face à imparável propagação da “cultura-mundo”. Acreditando, tal como Todorov (2006, p. 39), que “as ideias e os sentimentos, na aparência impotentes, podem aniquilar os impérios”, ficaremos a aguardar por mais contributos que nos deem conta das possibilidades que se colocam não só ao presente, como também ao futuro da lusofonia.

#### **LUSOPHONIA’S MULTIDIMENSIONAL MEMORY FOR A COUNTER-HEGEMONY AGAINST THE “CULTURE-WORLD”**

**Abstract:** Departing from Modelski’s theory (2005) on the long global cycles, we analyze the current episode of evolutionary narrative of globalization, in order to understand its primary hegemonic logic: the so-called “culture-world.” Thus, we touch the risk of crop breakdown to the different cultures offered by this American matrix hegemony, as well as the possibility of formation of counter-hegemonies departing from language communities. We conclude that to qualify the lusophone geo-cultural community as one of these counter-hegemonies, it is needed to develop a multidimensional memory about itself.

**Keywords:** Lusophonia. Counter-hegemony. “Culture-world”.

**REFERÊNCIAS**

- ALMEIDA, M. V. *Um mar cor da terra: raça, cultura e política da identidade*. Lisboa: Celta, 2000.
- ALMEIDA, M. V. O Atlântico pardo. Antropologia, pós-colonialismo e o caso “lusófono”. In: BASTOS, C.; ALMEIDA, M. V.; FELDMAN-BIANCO, B. (Coord.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002. p. 23-37.
- BAPTISTA, M. M. A lusofonia não é um jardim ou da necessidade de “perder o medo às realidades e aos mosquitos”. In: MARTINS, M. L.; SOUSA, H.; CABECINHAS, R. (Ed.). *Comunicação e lusofonia – para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e Campo das Letras, 2006. p. 23-44.
- BECK, U. *Qu'est-ce le cosmopolitisme?*. Paris: Éditions Aubier, 2006.
- BECK, U. *World at risk*. Cambridge: Polity Press, 2009.
- BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. (Dir.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 295-326.
- BLOOM, H. *O cânone ocidental*. Lisboa: Temas e Debates, 1997.
- BRITO, R. H. P.; HANNA, V. L. H. Sobre identidades em contexto lusófono: reflexões. In: BASTOS, N. M. B. (Ed.). *Língua portuguesa, cultura e identidade nacional*. São Paulo: Educ, 2010. p. 75-96.
- CABECINHAS, R. *Preto e branco*. A naturalização da discriminação racial. Porto: Campo das Letras, 2007.
- CABECINHAS, R.; CUNHA, L. Da importância do diálogo ao desafio da interculturalidade. In: CABECINHAS, R.; CUNHA, L. (Ed.). *Comunicação intercultural*. Perspetivas, dilemas e desafios. Porto: Campo das Letras, 2008. p. 7-12.
- CABECINHAS, R.; LIMA, M. E. O.; CHAVES, A. M. Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações sociais da história. In: MIRANDA, J.; JOÃO, M. I. (Ed.). *Identidades nacionais em debate*. Oeiras: Celta, 2006. p. 67-92.
- CANCLINI, N. G. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2007.
- CASTELO, C. “O modo português de estar no mundo”. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento, 1998.
- CHAUNU, P. Introdução: do plural a um singular. In: BENASSAR, B.; CHAUNU, P. (Coord.). *O mundo em expansão, séculos XIV-XVI*. Lisboa: Sá da Costa, 1984. v. I, t. I, p. 11-23. (Coleção História económica e social do mundo).
- CUNHA, L. *A nação nas malhas da sua identidade – o Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento, 2001.
- ERLICHMAN, H. J. *Conquest, tribute and trade: the quest for precious metals and the birth of globalization*. New York: Prometheus Books, 2010.
- FELDMAN-BIANCO, B.; ALMEIDA, M. V.; BASTOS, C. Introdução. In: BASTOS, C.; ALMEIDA, M. V.; FELDMAN-BIANCO, B. (Coord.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002. p. 11-19.

- FERGUSON, N. *Civilização*. O Ocidente e os outros. Porto: Civilização, 2012.
- FERRO, M. *Comment on raconte l'histoire aux enfants à travers le monde* (nouvelle édition revue). Paris: Éditions Payot, 2004.
- FOURQUIN, G. *História económica do Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- LIPOVETSKY, G. O reino da hipercultura: cosmopolitismo e civilização ocidental. In: LIPOVETSKY, G.; JUVIN, H. *O Ocidente mundializado*. Controvérsia sobre a cultura planetária. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 13-112.
- MACEDO, L. *Da diversidade do mundo ao mundo diverso da lusofonia: a reinvenção de uma comunidade geocultural na sociedade em rede*. 2013. 322 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação – Especialização em Comunicação Intercultural)–Universidade do Minho, Braga, 2013.
- MACEDO, L.; MARTINS, M. L.; CABECINHAS, R. Blogando a lusofonia: experiências em três países de língua oficial portuguesa. In: MARTINS, M. L.; CABECINHAS, R.; MACEDO, L. (Ed.). *Lusofonia e cultura-mundo, IX Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Braga: Cecs. Grácio Editor, 2011. p. 121-142.
- MACIEL, C. L. F. *A construção da comunidade lusófona a partir do antigo centro*. Micro-comunidades e práticas da lusofonia. 2010. 362 f. Tese (Doutorado em Sociologia)–Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.
- MARTINS, M. L. *Para uma inversa navegação*. O discurso da identidade. Porto: Afrontamento, 1996.
- MARTINS, M. L. A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. In: MARTINS, M. L.; SOUSA, H.; CABECINHAS, R. (Ed.). *Comunicação e lusofonia – para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e Campo das Letras, 2006. p. 79-87.
- MARTINS, M. L. Língua portuguesa, globalização e lusofonia. In: BASTOS, N. (Org.). *Língua portuguesa e lusofonia*. São Paulo: Educ, IP-PUC, 2014. p. 15-33.
- MCMILLIN, D. C. *Mediated identities*. Youth, agency & globalization. New York: Peter Lang, 2009.
- MODELSKI, G. Long-term trends in world politics. *Journal of World-Systems Research*, v. XI, n. 2, p. 195-218, Dec. 2005.
- MODELSKI, G. Long cycles in global politics. Disponível em: <<http://www.eolss.net/Eolss-sampleAllChapter.aspx>>. Acesso em: 12 nov. 2012.
- NAMBURETE, E. Comunicação na globalização: que políticas linguísticas? In: MARTINS, M. L.; SOUSA, H.; CABECINHAS, R. (Ed.). *Comunicação e lusofonia – para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras, 2006. p. 99-110.
- RAMONET, I. Globalización, desigualdades y resistencias. In: RAMONET, I. et al. (Ed.). *Los desafíos de la globalización*. Madrid: Ediciones Hoac, 2004. p. 15-28.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RODRIGUES, J. N.; DEVEZAS, T. *Portugal, o pioneiro da globalização – a herança das descobertas*. Vila Nova de Famalicão: Centro Atlântico, 2009.
- SAID, E. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUSA, H. Comunicação e lusofonia: do lugar acrítico ao lugar da procura. In: MARTINS, M. L.; SOUSA, H.; CABECINHAS, R. (Ed.). *Comunicação e lusofonia – para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras, 2006. p. 9-14.

TODOROV, T. *A nova desordem mundial*. Porto: Edições Asa, 2006.

WARNIER, J.-P. *La mondialisation de la culture*. Paris: Éditions La Découverte, 2003.

WIEVIORKA, M. *A diferença*. Lisboa: Fenda Edições, 2002.

WOLF, E. R. *Europe and the people without history*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 2010.

Recebido em dezembro de 2015.

Aprovado em fevereiro de 2016.